

5

EIXOS DA
JUSTIÇA

PROJETOS DA GESTÃO DO **MINISTRO LUIZ FUX**

22 de setembro de 2020 | Gestão - 2020/2022



5 EIXOS DA JUSTIÇA

1. PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DO MEIO AMBIENTE

O Judiciário, como poder garantidor de políticas de proteção das minorias, das crianças, dos idosos, do gênero e do meio ambiente.

Políticas e programas desenvolvidos no âmbito do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas.

Promoção da tutela do meio ambiente brasileiro.

2. PROMOÇÃO DA ESTABILIDADE E DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Medidas destinadas à desburocratização do Poder Judiciário e focadas na realização de uma prestação jurisdicional eficiente.

3. COMBATE À CORRUPÇÃO E À LAVAGEM DE DINHEIRO, PARA A RECUPERAÇÃO DE ATIVOS

Eixo destinado ao fortalecimento do combate à corrupção e à criminalidade organizada. Estímulo ao desenvolvimento de projetos e programas voltados à recuperação de ativos célere e eficiente de ativos.

4. JUSTIÇA 4.0 E PROMOÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA DIGITAL

Diálogo entre o real e o digital para o incremento da governança, da transparência e da eficiência do Poder Judiciário, com efetiva aproximação com o cidadão e redução de despesas.

5. VOCAÇÃO CONSTITUCIONAL DO STF

Fortalecimento da liderança institucional do STF como Corte Constitucional, no cenário doméstico e no internacional.

1

PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DO MEIO AMBIENTE

- » Monitoramento de dados de processos envolvendo crimes de gênero e homofobia;
- » Programas de combate à violência doméstica, de gênero e homofóbica;
- » Atenção prioritária a processos envolvendo populações vulneráveis;
- » Banco Nacional de Digitais – Biometria e Documentação Civil para Presos e Egressos;
- » Folha de Antecedentes Criminais Nacional (SEEU);
- » Régua de Prisão Provisória (Medição em tempo real do tempo de prisão provisória em processos criminais – BNMP);
- » Centrais de Vagas para o Sistema Prisional e Socioeducativo (Controle do fluxo de entrada e saída de presos e adolescentes); e
- » Frentes Nacionais pela Cidadania (Diversificação das estratégias de emprego e educação para presos, adolescentes e egressos).
- » Tolerância religiosa e proteção de vulnerabilidades intramuros;
- » Restaurativismo & Vítimas – acompanhamento e assistência a vítimas;
- » Adolescentes & Esporte;
- » Sistema Eletrônico de Execução Unificado (adolescentes);

- » Projeto de Políticas de Combate ao Assédio Moral;
- » Projeto Mais Saúde;
- » Promoção do desenvolvimento sustentável em matéria do meio ambiente;
- » Proteção do meio ambiente evitando retrocessos em matéria ambiental;
- » Estímulo à criação de varas colegiadas para o combate a organizações criminosas que violam o meio ambiente;
- » Tutela das áreas de proteção ambiental, das reservas legais e das estações ecológicas;
- » Projeto de cotas raciais nos programas de estágio; e
- » Projeto flexão de gênero em comunicações oficiais e no âmbito do Poder Judiciário.

2

PROMOÇÃO DA ESTABILIDADE E DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL

- » Comprometimento com a Agenda 2030 de desenvolvimento sustentável;
- » Modernização dos serviços prestados pelo Judiciário e oferecidos à sociedade.
- » Redução do tamanho físico ocupado pelo Poder Judiciário;
- » Redução de procedimentos e simplificação dos processos;
- » Projeto Certidão de Boa-Fé;
- » Projeto Penhora Digital; e
- » Projeto Escola de Notários.

3

COMBATE À CORRUPÇÃO E À LAVAGEM DE DINHEIRO, PARA A RECUPERAÇÃO DE ATIVOS

- » Programas de integridade e compliance no CNJ e no Poder Judiciário;
- » Criação do Laboratório de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro, para Recuperação de Ativos e Efetividade no âmbito do CNJ;
- » Estímulo à criação de varas colegiadas para combate a organizações criminosas;
- » Desenvolvimento de sistemática de monitoramento de lavagem de dinheiro em campanhas eleitorais;
- » Aprimoramento da gestão nacional de bens apreendidos em ações de combate à corrupção e lavagem de dinheiro;
- » Foco na adequação do Brasil aos padrões e normas internacionais do Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (GAFI)/Financial Action Task Force (FATF);
- » Projeto Sistema de Combate à Corrupção, à Lavagem de Dinheiro e Recuperação de Ativos do Poder Judiciário;
- » Projeto Fazendo Justiça; e
- » Projeto Cooperação Técnica – SEP e Pnud.



JUSTIÇA 4.0 E PROMOÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA DIGITAL

- » Criação do Juízo 100 % digital;
- » Ampliação da Audiência Telepresencial;
- » Projeto Cumprimento Eletrônico de Ordem Judicial (Extinção da Carta Precatória);
- » Implementação do Domicílio Digital (Intimação digital PF e PJ);
- » Sistema Nacional de Penhora on-line (Cartórios RGI);
- » Incentivo à política de mediação digital extrajudicial e extraprocessual (On-line Dispute Resolution – ODR);
- » Interposição de recursos especiais e extraordinários em plataforma digital única, instalada em nuvem, integrada aos sistemas judiciários locais, com coleta e gestão eficiente de dados e de metadados (MJE);
- » Implementação do Portal Único do Advogado (Aplicativo de consulta processual para desktop e smartphone no âmbito do STF e do Poder Judiciário);
- » Projeto Otimização dos Sistemas de TIC;
- » Projeto Nova Plataforma Digital do Poder Judiciário – PDPJ;
- » Projeto Equipe de Trabalho Remota;
- » Projeto sobre Uso de Videoconferência e de Aplicativos de Mensagens Instantâneas; e
- » Projeto Centro de Inteligência do Poder Judiciário.

5

VOCAÇÃO CONSTITUCIONAL DO STF

- » Revisão ampla do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, com foco no incremento do caráter deliberativo da Corte;
- » Interlocação com outras Cortes constitucionais e centros de pesquisa nacionais e internacionais, para colaborações mútuas e intercâmbios institucionais;
- » Produção e publicação de dados e de pesquisas sobre a atividade jurisdicional do STF, em língua portuguesa e língua estrangeira;
- » Gerenciamento do processamento e da aplicação da repercussão geral, com ampla interlocação com os tribunais do país para a redução da quantidade de recursos que alcançam o STF;
- » Gestão qualitativa do acervo do STF, com incentivos para julgamento de processos de enfoque constitucional e de repercussão geral, bem como alinhamento às metas de judicial accountability da ONU;
- » Instituição do Núcleo de Resolução Consensual de Conflitos Constitucionais e Federativos do STF;
- » Projeto Fortalecimento dos Precedentes;
- » Projeto Magistratura 21;

- » Projeto de Plano Estratégico de Segurança Institucional do Poder Judiciário;
- » Projeto que institui a Proibição da Realização de Entrevista Pessoal Reservada nos Concursos Públicos da Magistratura;
- » Projeto para cômputo de atividades em instituições públicas de ensino superior nas promoções por merecimento;
- » Projeto que Institui Programa de Intercâmbio Profissional no Âmbito do CNJ e do Poder Judiciário; e
- » Projeto que Disciplina as Atividades Compatíveis com o Exercício da Magistratura.



EIXOS DA

JUSTIÇA
3



CONCEITO

Os tons azuis remetem ao CNJ e a fonte discreta e sofisticada traz elegância. O número em destaque sendo completado pelos dizeres “Eixos da Justiça” traz originalidade.

TIPOGRAFIA

Bely Display (número **5**)

TT Chocolates *Italic* & **Bold Italic**

TIPOGRAFIA AUXILIAR

Família Montserrat

CORES

#24a7db

R: 36 C: 72%
G: 167 M: 15%
B: 219 Y: 0%
K: 0%

#1989C1

R: 25 C: 79%
G: 137 M: 34%
B: 193 Y: 4%
K: 0%

#0d76b5

R: 13 C: 84%
G: 118 M: 47%
B: 181 Y: 3%
K: 0%

#034d92

R: 3 C: 94%
G: 77 M: 73%
B: 146 Y: 7%
K: 1%

APLICAÇÕES

